

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. - CNPJ: 76.494.806/0001-45
Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercícios findo em 31 de Dezembro de 2018

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)								DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
ATIVO	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017		Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE				RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	240.600	256.315
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.666	79.287	Fornecedores	10	4.754	2.017	Custo dos produtos e serviços	18	(99.225)	(115.717)
Contas a receber de clientes	5	31.501	28.703	Empréstimos e financiamentos		73	238	LUCRO BRUTO		141.375	140.598
Partes relacionadas	6	3.599	2.571	Obrigações sociais e trabalhistas	11	24.940	28.443	DESPESAS OPERACIONAIS			
Estoques		676	641	Obrigações tributárias	12	5.158	6.762	Despesas com vendas	18	(39.633)	(32.637)
Despesas antecipadas	7	7.091	5.963	Comissões e bonificações		1.468	1.687	Despesas gerais e administrativas	18	(23.655)	(26.032)
Tributos a recuperar		3.494	451	Partes relacionadas	6	74	115	Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	19	(3.082)	(13.519)
Outras contas a receber		3.635	1.233	Dividendos a pagar	16.d	16.209	53.320			(66.370)	(72.188)
Total do ativo circulante		116.662	118.849	Outras contas a pagar		10.686	9.644	LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO		75.005	68.410
				Total do passivo circulante		63.362	102.226	RESULTADO FINANCEIRO			
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE				Receitas financeiras	20.a	4.950	5.399
Depósitos judiciais	14	15.753	14.247	Empréstimos e financiamentos		9	84	Despesas financeiras	20.b	(750)	(1.054)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	4.760	5.697	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	4.489	3.496	LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		79.205	72.755
Imobilizado	8	21.397	27.008	Outras contas a pagar		374	569	Imposto de renda e contribuição social correntes	15.b	(13.430)	(17.216)
Intangível	9	8.063	11.526	Total do passivo não circulante		4.872	4.149	Imposto de renda e contribuição social diferido	15.a	(937)	(94)
Total do ativo não circulante		49.973	58.478					LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		64.838	55.445
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Número de ações do capital social (em milhares)		13.800	13.800
				Capital social	16.a	16.696	16.696	LUCRO POR AÇÃO (em reais)		4,70	4,02
				Reserva de capital		8.792	8.792				
				Reservas de lucros		72.913	45.464				
						98.401	70.952				
TOTAL DO ATIVO		166.635	177.327	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		166.635	177.327				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	64.838	55.445
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	64.838	55.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.696	8.792	3.339	542	50.264	-	79.633
Dividendos 2016 aprovados AGO	-	-	-	-	(50.264)	-	(50.264)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	55.445	55.445
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.862)	(13.862)	(13.862)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	41.583	(41.583)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	16.696	8.792	3.339	542	41.583	-	70.952
Dividendos 2017 aprovados AGO	-	-	-	-	(21.180)	-	(21.180)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	64.838	64.838
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(16.209)	(16.209)	(16.209)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	48.629	(48.629)	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	16.696	8.792	3.339	542	69.032	-	98.401

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Sociedade Radio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda.
A Companhia atua integradamente com empresas do mesmo grupo, no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.
As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, usualmente renovável pelo mesmo período.
A Diretoria da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras em 26 de abril de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira
(a) *Moeda funcional e moeda de apresentação*
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.
(b) *Transações e saldos*
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Instrumentos financeiros
2.4.1 Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.
(a) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*
São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa".
(b) *Custo Amortizado*
São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

2.5 Ativos financeiros
a) Caixa e equivalentes de caixa
São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. Caixa e equivalentes de caixa são: (a) dinheiro em caixa; (b) depósitos bancários; e (c) aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
b) Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir perdas esperadas de realização dos créditos. A Companhia não possui contas a receber com prazos longos e conforme disposto no CPC 12, o ajuste a valor presente foi avaliado e em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras, não foi registrado.
c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros
Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:
(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto

2.6 Estoques
Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7 Imobilizado
É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.
Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		79.205	72.755
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social:			
Depreciação e amortização	8 e 9	11.051	13.656
Resultado da alienação de imobilizado		248	777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(3)	49
Provisão de bonificação de volume		1.468	1.687
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		963	(710)
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(592)	(819)
		92.340	87.395
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(2.795)	(2.867)
Estoques		(35)	13
Partes relacionadas		(1.028)	21.723
Tributos a recuperar		(3.043)	2.485
Despesas antecipadas		(1.128)	(5.358)
Outros ativos		(3.286)	(459)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	2.737	581
Obrigações sociais e trabalhistas	11	(3.503)	3.124
Obrigações tributárias	12	(2.484)	(744)
Partes relacionadas		(41)	(127)
Outros passivos		(818)	7.247
Caixa gerado pelas atividades operacionais		76.916	113.013
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.550)	(14.157)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		64.366	98.856
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de imobilizado	8	(2.071)	(2.155)
Aquisições de intangível	9	(176)	(1.108)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.247)	(3.263)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Pagamento de mútuos		-	(4.500)
Pagamento empréstimos e financiamentos		(240)	(398)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no exercício	16.d	(74.500)	(20.415)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(74.740)	(25.313)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(12.621)	70.280
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		79.287	9.007
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		66.666	79.287

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

incurridos.
Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa.

2.8 Intangível
Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

2.9 Redução ao valor recuperável - Impairment
No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso são submetidos ao teste de redução ao valor líquido recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução do valor recuperável.
O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10. Passivos circulantes e não circulantes
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.
Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.